

ENTREVISTA COM LUCIANA DURANTI
AN INTERVIEW WITH LUCIANA DURANTI



O objetivo desta entrevista é apresentar uma visão panorâmica dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados ao longo de vinte anos pela doutora Luciana Duranti, fundadora e diretora do Projeto InterPARES. Esse projeto encontra-se sediado na School of Library, Archival and Information Studies, da University of British Columbia, em Vancouver, Canadá.

A produção, gestão e preservação de documentos arquivísticos em formato digital dignos de credibilidade têm permeado as discussões dos profissionais de arquivo desde o início de 1990. O primeiro projeto de pesquisa, implementado sob a égide do Master of Archival Studies (Mestrado em Arquivologia), na University of British Columbia, foi desenvolvido no período entre abril de 1994 e março de 1997. O Projeto InterPARES – International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems – (Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Permanentes Autênticos em Sistema Eletrônicos) começou em 1998 e foi executado em três fases até o ano de 2012. Tinha por objetivo desenvolver o conhecimento essencial para a preservação a longo prazo de documentos arquivísticos autênticos, produzidos e/ou mantidos em formato digital, e fornecer as bases para padrões, políticas, estratégias e planos de ação capazes de garantir a longevidade de tais materiais e a capacidade de seus usuários confiarem em sua autenticidade. A fase atual do projeto, chamado de InterPARES Trust, começou em 2013 e espera-se que seja concluído no fim de 2018. Trata-se de um projeto interdisciplinar e multinacional de pesquisa que explora questões relativas a documentos arquivísticos digitais e dados confiados à internet. Seu objetivo é apoiar o de-

envolvimento de redes integradas e consistentes no estabelecimento de políticas, regras, leis, procedimentos e padrões para documentos arquivísticos digitais e dados confiados à internet.

Acervo. *As inquietações e preocupações dos profissionais de arquivo no início dos anos de 1990 sobre o impacto das tecnologias da informação e comunicação nos princípios e práticas arquivísticos levaram ao desenvolvimento dos primeiros estudos e pesquisas com o objetivo de identificar e definir os requisitos para a autenticidade e confiabilidade da produção, uso e preservação dos documentos arquivísticos em sistemas eletrônicos. Quais dessas inquietações e preocupações estão superadas ou resolvidas nos dias de hoje? Que ameaças ainda persistem no que tange à gestão, acesso, integridade e preservação de documentos arquivísticos digitais?*

Luciana Duranti. Depois de mais de vinte anos de pesquisa, nós certamente sabemos como produzir, gerenciar e preservar documentos arquivísticos digitais em formatos abertos e em formatos proprietários padronizados. Podemos lidar com preservação de base de dados, documentos da *web* e mensagens de correio eletrônico. Criamos esquemas de metadados para todos os fins, assim como critérios para o desenvolvimento desses esquemas para aplicações específicas. Temos modelos para processos de produção, gestão e preservação de documentos arquivísticos, sendo que alguns deles se tornaram norma ISO. Podemos construir sistemas *in-house* de gestão e de preservação de documentos. Com Archivematica, temos um sistema que pode empacotar documentos arquivísticos em quase todos os formatos, dentro de quase todos os repositórios. E já sabemos bastante sobre o que produzimos digitalmente e o que é preciso ser feito para preservação a longo prazo.

As antigas inquietações que ainda não superamos, e provavelmente não superaremos tão cedo, dizem respeito ao impressionante volume de dados e de documentos arquivísticos, bem como sua avaliação e destinação, a falta de recursos financeiros e de conhecimento necessários para fazer o certo, e nossa habilidade para controlar o que as pessoas fazem no curso normal de suas atividades. As pessoas eram, então, e continuam sendo, o elo mais fraco da corrente.

As novas inquietações que devemos abordar têm a ver com o ambiente de nuvem, assim como a necessidade de manutenção e preservação de ambientes híbridos, e com a crescente adoção pelas instituições de políticas que permitem os empregados usarem seus próprios dispositivos e suas próprias nuvens (BYOD e BYOC). Uma preocupação antiga, mas que continua a adquirir novas facetas, está relacionada a conflitos de direitos (direito ao acesso e à privacidade, direito à memória e ao esquecimento, direito à propriedade intelectual e econômica, direito ao conhecimento etc.) e, no seu contexto, à questão da jurisdição, sendo a independência de localização a primeira característica dos ambientes de nuvem.

A confiabilidade de dados e de documentos arquivísticos nos novos e emergentes contextos é uma preocupação crescente, embora tenha sempre estado presente em termos de confiabilidade, acurácia e autenticidade dos documentos arquivísticos.

Acervo. *Ao longo desses quase vinte anos, quais foram os maiores desafios enfrentados e as principais dificuldades encontradas pelo Projeto InterPARES para realizar seus objetivos?*

Luciana Duranti. Os desafios têm sido de dois tipos, externos e internos ao projeto. Os desafios externos estão presentes desde o começo e continuarão a existir. O principal é a velocidade da mudança tecnológica, a qual tem mantido a nós pesquisadores em constante movimento: assim que a solução para um problema é encontrada, a situação muda o suficiente para exigir novas formas de abordá-la, ou a questão torna-se irrelevante e surge uma nova. A segunda dificuldade é o diferente nível de avanço tecnológico entre e dentro dos países participantes da pesquisa, de modo que uma questão pode ser relevante em um contexto e irrelevante em outro. Um desafio relacionado é a diferença de conhecimento tecnológico e de recursos entre e dentro dos países participantes, de modo que as conclusões e recomendações não podem ser testadas e muito menos implementadas em alguns casos. Um terceiro desafio é a falta de apoio e/ou de compreensão pela administração de algumas organizações às quais os pesquisadores pertenciam, a tal ponto que alguns deles têm que tirar férias para participar de reuniões ou não conseguem permissão para testar novos processos ou procedimentos. O quarto desafio é estritamente cultural. Os pesquisadores de diferentes países têm, algumas vezes, visões conflitantes devido a suas tradições, sistemas jurídicos e administrativos, terminologia, atitudes etc. Ser capaz de conversar com uns e outros de maneira compreensível é um exercício muito difícil. Essa situação é agravada pelas diferenças de culturas organizacionais: um empregado de um banco pensa de forma diferente de um funcionário público ou do empregado de uma indústria, de uma empresa, de um professor universitário e assim por diante. Finalmente, temos que abordar de uma forma muito estruturada as diferenças entre as abordagens disciplinares e os jargões.

Os desafios internos podem parecer menores em relação aos externos, mas manter unido um grande grupo de pesquisadores com diferentes sensibilidades, atitudes, abordagens, propósitos, agendas, apoios e interesses é um esforço titânico. É importante fazer com que cada pesquisador sinta o projeto como sendo seu, capaz de atender a seus interesses e necessidades, e criar equipes de trabalho cujos membros compartilhem o mesmo interesse, mas contribuam de forma diferente e complementar com a pesquisa.

Posso dizer com orgulho que, independentemente dos produtos reais do InterPARES, sua maior realização foi a criação de uma comunidade de pesquisadores na área arquivística, que nunca havia existido, e em nível internacional, de tal maneira que essa comunidade vai crescer cada vez mais. O projeto também colocou a pesquisa como uma função arquivística chave. Enquanto anteriormente gestores de documentos arquivísticos e arquivistas conduziam a pesquisa como um serviço para sua organização ou para usuários e pesquisadores, agora ela é considerada uma parte essencial da sua responsabilidade – realizar pesquisas em sua própria disciplina, para servir à sua profissão e aos objetivos dos arquivos.

Acervo. *A pesquisa do InterPARES Trust cobre cinco domínios – infraestrutura, segurança, controle, acesso e aspectos legais –, e cinco domínios cruzados – questões sociais, políticas, recursos, educação e terminologia. Que questões estão relacionadas ao controle do ciclo de vida dos documentos arquivísticos considerando aqueles confiados à internet? Já existem recomendações para enfrentar essas questões?*

Luciana Duranti. A pesquisa do InterPARES Trust, ou ITrust, foi dividida em domínios e domínios cruzados para ajudar os pesquisadores a determinar o foco e o propósito de cada estudo que eles propoem como contribuição para o projeto como um todo. Assim, foi apenas uma maneira de organizar a pesquisa, mais do que de estabelecer nichos estanques. Na verdade, dois anos mais tarde, percebemos como todos os estudos que vimos conduzindo são convergentes, já que cada questão apresenta todas as facetas identificadas como domínios e domínios cruzados. Além disso, embora os pesquisadores estejam organizados em equipes culturais (por exemplo, América Latina, Europa, Ásia) para efeitos da realização de estudos relevantes para seus próprios contextos, é cada vez mais claro que a tecnologia digital está cancelando essas fronteiras, e os resultados dos estudos realizados são realmente válidos e aplicáveis a outros. É claro que questões específicas existem em certos ambientes, tais como a exigência de inviolabilidade arquivística de organizações internacionais, ou a localização física de servidores de dados, mas a maior parte das questões e soluções é comum.

Quanto às recomendações para enfrentar as questões apontadas, se vocês estão perguntando sobre os resultados do projeto, nós temos alguns resultados e muitos outros preliminares. Entretanto, estamos apenas no fim do segundo ano de um projeto de cinco anos e os resultados que de fato levem a recomendações concretas só virão à tona depois que uma massa crítica de dados tiver sido coletada.

Concluimos o estudo sobre os contratos com os provedores de nuvem e temos recomendações sobre o que deve ser incluído nos contratos para satisfazer as exigências para documentos arquivísticos e arquivos. Os estudos sobre governo aberto, dados abertos e acesso aberto estão bem avançados no contexto das equipes europeia, norte-americana e de parte da América Latina, mas eles têm ainda que ser comparados com os resultados de estudos paralelos em outras regiões. O estudo sobre o uso das redes sociais pelos governos da América do Norte está quase concluído e levando a recomendações claras, mas temos que testar o quão relevantes elas seriam para outras regiões. Na mesma situação, está o estudo sobre destinação de documentos arquivísticos no ciclo de vida. Todos os estudos legais sobre privacidade, autenticidade, evidência etc. estão muito adiantados, porém precisam ser testados em diferentes jurisdições.

Os resultados parciais são apresentados regularmente, duas vezes por ano no Simpósio Internacional do InterPARES e nas conferências internacionais. As apresentações e artigos são postados na seção de disseminação do *website*, alguns como textos completos e outros como referências bibliográficas. Todos são convidados a checar regularmente o *website* do

ITrust em <www.interparestrust.org> para ver onde os pesquisadores vão falar, as apresentações já realizadas e os materiais disponíveis para acesso.

Acervo. *O número de organizações utilizando a nuvem para armazenar e gerenciar os documentos arquivísticos está crescendo a cada dia. A razão é o baixo custo. Em sua pesquisa “Documentos arquivísticos na nuvem”, prevista para ser finalizada em 2016, quais são as preocupações com a preservação permanente dos documentos de acordo com as normas arquivísticas?*

Luciana Duranti. Tais preocupações estão claramente apontadas no relatório de pesquisa postado em <www.recordsinthecloud.org/assets/documents/RiC_Oct232013_User_Survey_Report.pdf>. A razão para escolher a nuvem não é somente o baixo custo (e a pesquisa provou que, afinal, o custo não é menor do que se ter um sistema *in-house*, quando as coisas são feitas da maneira apropriada), mas também a facilidade de acesso a partir de qualquer lugar e qualquer dispositivo, a eficiência organizacional, a segurança e a obsolescência tecnológica.

Preservação permanente em um ambiente de nuvem está muito relacionada à custódia e ao controle. Os arquivos têm que proteger a identidade e a integridade dos materiais pelos quais são responsáveis e por meio dos quais os produtores – indivíduos, corporações e governos – são responsabilizados. A preservação arquivística é controlada por princípios muito rígidos: o princípio de *respeito aos fundos*, pelo qual os dados e documentos arquivísticos produzidos por diferentes entidades não podem ser misturados; o princípio da *ordem original*, de acordo com o qual os materiais arquivísticos devem ser mantidos na mesma ordem em que foram originalmente acumulados; e o princípio da *cadeia ininterrupta de custódia legítima*, o qual determina que o histórico da custódia dos dados e dos documentos arquivísticos deve ser demonstrável a qualquer momento, caso contrário o material não será considerado autêntico. O respeito a esses princípios garante a proteção física e moral dos arquivos, ou seja, sua credibilidade duradoura. Considerando que as instituições arquivísticas têm evoluído ao longo dos séculos, no sentido de serem os provedores ideais da preservação observando tais princípios, seu trabalho precisa ser protegido através de *segurança e continuidade* de armazenamento, e ser verificável através de *transparência e acessibilidade quanto ao contexto*. Existem questionamentos bem fundamentados a respeito da habilidade de provedores comerciais de serviços na nuvem em atender a esses requisitos.

Em geral, a identidade, a integridade e o histórico da preservação de documentos arquivísticos digitais são verificados por meio de metadados. Em um ambiente de nuvem, os metadados de identidade (por exemplo, nomes do autor, do destinatário e outros interessados, nome da ação ou assunto, data de produção e de recebimento, código de classificação ou número de registro, forma documental, formato tecnológico etc.) acompanham o documento ao qual estão relacionados desde a produção, uma vez que nascem junto com ele e, com ele, constituem o “documento arquivístico”. No entanto, os metadados de gestão – que são relacionados ao uso e às ações realizadas nos documentos ao longo do tempo, bem como às consequentes transformações tecnológicas e estruturais dos documentos à medida que passam da produção, uso e manutenção para a preservação (frequentemente por meio de

criptografia, conversões e migrações etc.) – são adicionados pelo provedor de nuvem que armazena os documentos. Dessa maneira, as questões que precisam ser respondidas são: como os metadados acompanham ou rastreiam os documentos arquivísticos na nuvem, desde o produtor até o preservador? Como esses metadados são migrados ao longo do tempo enquanto uma atividade de preservação? A quem pertencem os metadados produzidos pelos provedores de serviço relacionados à gestão que realizam nos documentos arquivísticos (metadados de gestão)? Os metadados são uma propriedade intelectual? Se sim, de quem é essa propriedade? Como podem esses metadados ser acessados pelo público? Quais são as responsabilidades do provedor com relação a usuários de documentos arquivísticos preservados ao longo do tempo para uma comunidade ou o público em geral?

A preservação arquivística requer que o contexto de cada documento arquivístico seja definido e imutável, com todas as suas relações intactas, e isso é difícil demonstrar no ambiente de nuvem dinamicamente fornecido. Por esse motivo, estamos desenvolvendo, em colaboração com o Object Management Group (<<http://www.omg.org/>>), um modelo UML de Preservação como Serviço para Confiança (Preservation as a Service for Trust – PaaST), com o objetivo de produzir um padrão OMG que possa se tornar uma norma ISO. Em última análise, o que queremos fazer é capacitar os países a desenvolver nuvens arquivísticas em colaboração com parceiros do negócio, nas quais o controle seja inteiramente arquivístico, ao passo que o armazenamento é provido pelo negócio.

Acervo. *A atual legislação brasileira de acesso à informação determina que o acesso seja a regra e o sigilo a exceção. A lei garante acesso à informação pública e permite maior transparência e melhoria da gestão pública. No entanto, a legislação prevê algumas restrições com respeito à informação pessoal, relacionadas à intimidade, privacidade, honra e imagem. Como o InterPARES Trust trata a questão do acesso aos dados abertos? Quais são as possíveis garantias de respeito pela privacidade dos cidadãos nos dados confiados à internet?*

Luciana Duranti. O estudo sobre dados abertos e acesso aberto será publicado este ano, em um número duplo especial da *Canadian Journal of Information and Library Science*, sobre documentos arquivísticos e arquivos nas nuvens. Não resta dúvida de que não podem ser colocados na nuvem dados que por lei não podem ser acessíveis. Além de não existir garantia de privacidade no ambiente da internet de maneira geral, a nuvem comercial não garante a destruição de dados. De fato, qualquer material colocado na nuvem provavelmente permanecerá lá para sempre, mesmo quando os *links* de busca forem quebrados, porque é muito caro destruí-los. Assim, estamos praticamente nos movendo na direção de ambientes híbridos, onde dados protegidos por legislação de privacidade são mantidos em servidores *in-house*, enquanto aqueles abertos a acesso universal são mantidos em um ambiente de nuvem.

Acervo. *Em todos os projetos de pesquisa você usa uma metodologia que assume uma relação indutiva entre arquivologia, diplomática, teoria jurídica e tecnologia da informação. Gostáramos que você comentasse sobre o motivo dessas relações interdisciplinares terem se tornado a “chave” para alcançar os objetivos da pesquisa e como isso se tornou útil.*

Luciana Duranti. Como lidamos com uma realidade que está constantemente mudando, seu entendimento não pode simplesmente se basear na observação, mas são necessários pontos de referência que só podem ser encontrados nos princípios fundamentais das disciplinas – arquivologia e diplomática – relacionados com a função com a qual estamos lidando: preservação de longo prazo de documentos arquivísticos autênticos. Ao mesmo tempo, esses princípios não podem ser utilizados de maneira dedutiva, mas precisam ser constantemente confrontados com a causa da mudança, a tecnologia, e as regras que tentam controlar os resultados dessa mudança, que são baseadas na teoria jurídica. Esse é o método arquivístico: nada de novo nisso.

Conforme Giovanni Michetti e eu escrevemos no capítulo de um livro que deve ser publicado em breve, “Os arquivistas [...] baseiam suas questões de pesquisa em um arcabouço tanto jurídico quanto histórico. Existem, é claro, outras dimensões para estas questões – por exemplo, um ambiente social mais geral que determina o papel e a natureza de ambos arquivos e arquivistas; um contexto tecnológico que levanta questões relevantes e afeta as agendas de pesquisa; um perfil econômico que normalmente influencia as ações arquivísticas. No entanto, essas dimensões adicionais contribuem para definir o arcabouço jurídico e histórico. Mesmo quando seu objetivo é desenvolver teoria e métodos arquivísticos à luz da inovação tecnológica ou de mudanças do enquadramento legal, administrativo, ético ou outro, que podem resultar em novos tipos de documentos arquivísticos, novos usos desses documentos ou novas questões relacionadas à produção, gestão e preservação de documentos arquivísticos, a pesquisa arquivística encontra sua autonomia conceitual e metodológica em seu objeto de estudo – o fenômeno e a estrutura dos documentos arquivísticos e suas agregações, que não são examinados pelo seu conteúdo, mas pelo significado de suas características, forma, organização e contextos administrativo, funcional, de procedimentos e documental, como ditado pela teoria arquivística”.¹

Acervo. *Quais são as responsabilidades dos arquivistas contemporâneos no sentido de alcançar os desafios relacionados à gestão arquivística de documentos e de dados confiados à internet?*

Luciana Duranti. Os arquivistas contemporâneos precisam trabalhar em parceria com acadêmicos envolvidos em pesquisa internacional, com profissionais envolvidos com o desenvolvimento de normas e padrões, com especialistas nas áreas jurídica e de tecnologia da informação e, principalmente, com os produtores dos documentos arquivísticos que estão sob sua jurisdição. Além disso, devem parar de falar exclusivamente para os “convertidos” e atuar ativamente em conferências, simpósios e *workshops* de outros setores/profissões os quais desejam influenciar, tais como provedores de nuvem e profissionais do meio jurídico.

1 NE.: O texto citado encontra-se em: DURANTI, Luciana; MICHETTI, Giovanni. The Archival Method: Rediscovering a Research Tradition. In: GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew (ed.). *Research in the Archival Multiverse*. Melbourne: Monash Publishing, 2015. No prelo.

Muitos provedores de nuvem estão interessados e dispostos a mudar para atender aos requisitos arquivísticos da preservação digital, mas eles precisam ser informados a respeito. Esta é a razão pela qual, pela segunda vez, eu estou coordenando a organização de um segmento sobre documentos arquivísticos e arquivos na nuvem na International Conference on Cloud Security Management (ICCSM) (ver <<http://academic-conferences.org/iccsm/iccsm2015/iccsm15-call-papers.htm#Dura>>). Esta também é a razão pela qual estou trabalhando em um projeto de pesquisa chamado *Law of Evidence in the Digital Environment* (ver <www.lawofevidence.org>) e na norma do governo canadense de documentos arquivísticos digitais como evidências documentais (*Electronic Records as Documentary Evidence*). Eu gostaria de dizer aos arquivistas contemporâneos: “Apenas saiam e disseminem sua mensagem o mais longe possível! Se vocês não expressarem seus requisitos, ninguém vai perguntar”.

Entrevista realizada por Ana Celeste Indolfo e Vera Hess Lopes
Tradução de Claudia Lacombe e Rosely Rondinelli